



Nota técnica do CGE/ABC-RS

O Plano ABC é uma política pública federal elaborada de acordo o artigo 3º do Decreto nº 7.390/2010 e tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de responder aos compromissos de redução de emissão de gases do efeito estufa no setor agropecuário assumido pelo país. O Plano ABC é composto por sete programas, seis deles referentes às tecnologias de mitigação e um com ações de adaptação às mudanças climáticas: (1) Recuperação de Pastagens Degradadas; (2) Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); (3) Sistema Plantio Direto (SPD); (4) Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); (5) Florestas Plantadas; (6) Tratamento de Dejetos Animais; (7) Adaptação às Mudanças Climáticas.

Para efetivar essas sete linhas do programa começou a ser formar em Janeiro/2012 o Comitê Gestor Estadual (CGE) do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) do estado do Rio Grande do Sul, sob coordenação da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do RS. A partir desse período, ocorreram seminários promovidos pelo SEBRAE visando difundir o plano ABC em várias cidades do RS até ocorrer o lançamento oficial do CGE/ABC-RS na Expointer em Agosto/2012.

No dia 20 de agosto de 2012 pelo decreto nº 49.484 ficou instituído o Comitê Gestor do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) no Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito da Administração Pública Estadual, com a finalidade de propor ações e garantir a implantação e efetivação do plano no estado.

O CGE/ABC-RS é composto por órgãos estaduais (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio-SEAPA; Instituto Riograndense do Arroz - IRGA; Fundação de Pesquisa Agropecuária do RS- FEPAGRO; Fundação de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM; Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR; Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Banrisul e BRDE), federais (Ministério do Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Banco do Brasil; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; UNIPAMPA; UFRGS; UFPel e UFSM) e entidades (FARSUL; FETAG; FETRAF/SUL; OCERGS; FAMURS; FEDERACITE; AGEFLOR; SEBRAE, EMATER e AGAPAN).

No dia 26 de agosto de 2013 pelo decreto 50.590 ficou instituído o plano setorial de mitigação e de adaptação de mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura do Rio Grande do Sul. Dentro do plano setorial há o plano operativo ABC com a descrição para cada ação, um ou mais indicadores, os meios de verificação do alcance das metas e as bases conceituais importantes para a sua realização.

O CGE se reúne uma vez a cada mês no sentido de discutir propostas, planos e estratégias visando capacitar produtores e técnicos em relação à Agricultura de Baixo Carbono. Desde a publicação do decreto com a instituição do CGE/ABC-RS foram realizados 23 eventos (seminários, reuniões e capacitações) com a presença de aproximadamente 1.500 pessoas dentre técnicos e produtores. Para o próximo ano de 2015, estão previstas a realização de

cinco capacitações com objetivo de divulgar as linhas para os produtores e técnicos responsáveis pelos projetos nas diferentes regiões do estado do RS e três dias de campo em unidades de referência como intuito de mostrar os resultados práticos com a adoção de sistemas de manejo que contribuem de maneira reduzida na emissão de gases do efeito estufa.

No ano de 2014, o volume dos recursos financiados pelo plano ABC no RS concentra-se na região da fronteira oeste do estado. Essa região tem como atividade principal a pecuária. O município de Alegrete foi o que teve maior volume de recursos financiados pelo plano ABC com aproximadamente R\$ 6 milhões (Figura 1).

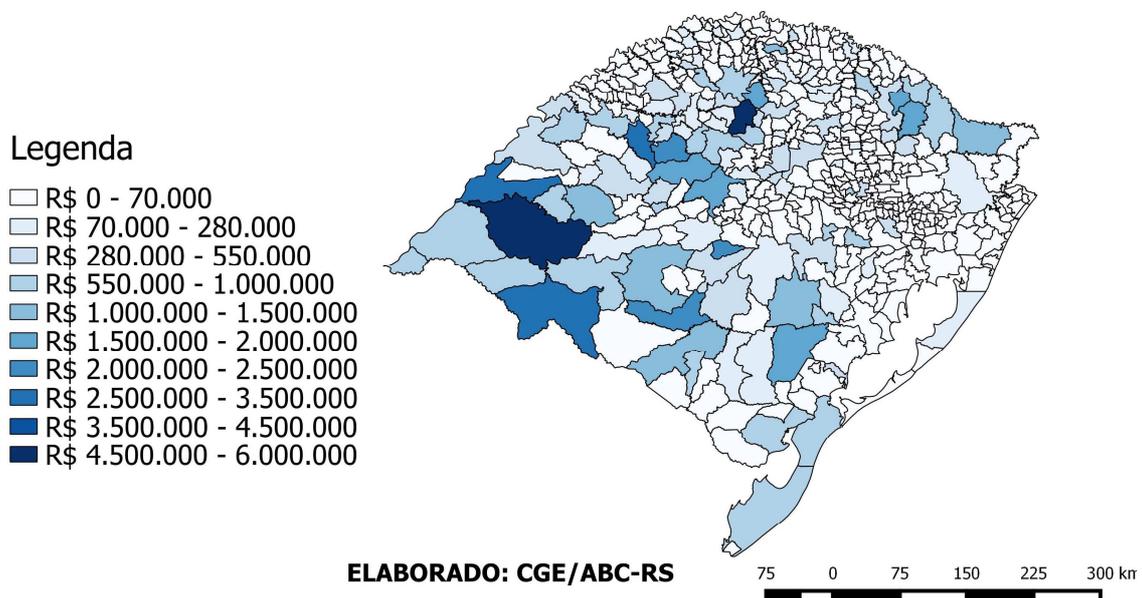


Figura 1: Financiamento nas linhas do plano ABC nos municípios no Rio Grande do Sul no ano de 2014.

Em relação ao número de contratos, observou-se que no ano de 2014, 130 municípios realizaram pelo menos um contrato pela linha de financiamento do plano ABC. Isso significa que aproximadamente 27% dos municípios do estado do RS fizeram pelo menos um contrato de crédito utilizando alguma linha tecnológica do plano ABC. Esses contratos estão localizados principalmente na região da fronteira oeste e noroeste. Por outro lado, poucos municípios localizados na região central do estado fizeram financiamento de contratos pelo plano ABC (Figura 2).

Os resultados parciais até Outubro/2014 indicam que foram liberados aproximadamente 82 milhões pelo plano ABC no estado do RS, sendo que R\$ 72.733.105 pelo Banco do Brasil e R\$ 8.784.197 Banrisul.

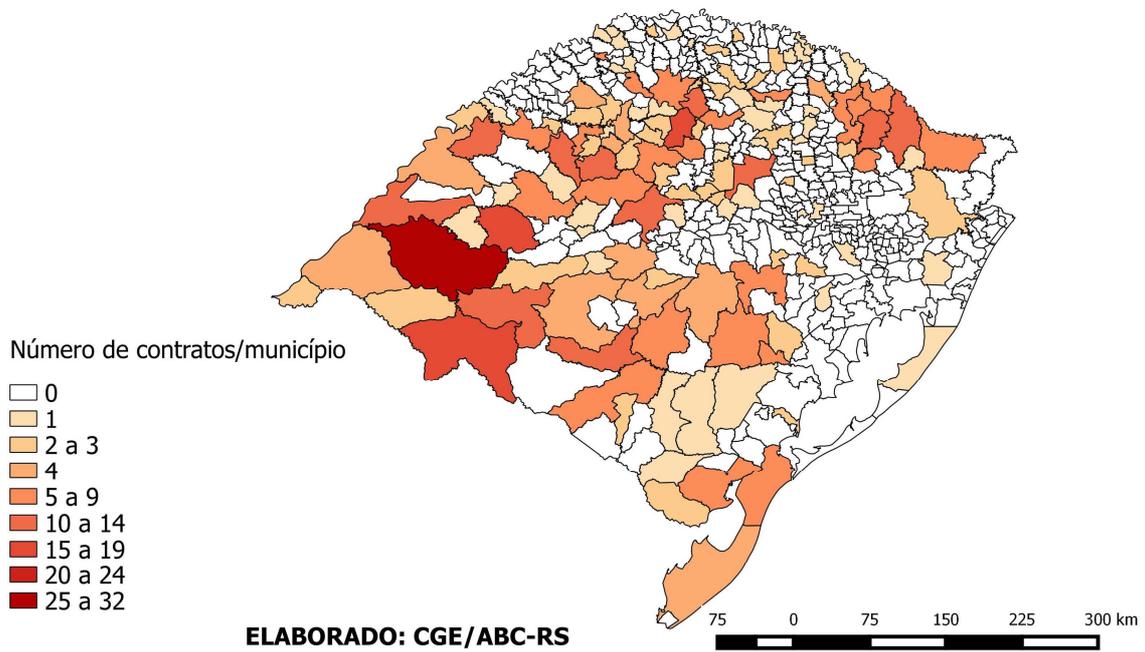


Figura 2: Número de contratos do plano ABC em municípios do Rio Grande do Sul no ano de 2014.

CGE/ABC/RS

19/11/2014